



VOTO

PROCESSO: 00065.141751/2012-72

INTERESSADO: DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP

DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

482ª SESSÃO DE JULGAMENTO DA ASJIN - DATA: 28/06/2018

AI: 06170/2012 Data da Lavratura: 29/12/2012

Crédito de Multa (SIGEC): 651.151/15-1

Infração: não realizar, na periodicidade prevista na legislação em vigor, exercícios simulados para avaliação da efetividade da planificação

Enquadramento: art. 36, §1º, e art. 289, inciso I, do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7.565 c/c item 13.3.1 do Apêndice I ao Anexo à Resolução ANAC nº 115/2009 c/c item 09 da Tabela II (Construção/Manutenção e Operação de Aeródromos) do Anexo III da Resolução ANAC nº 25/2008

Data da infração: 29/05/2012 Hora: 15:00 Local: Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino – SBSR – São José do Rio Preto - SP

Relatora e Membro Julgador da ASJIN: Renata de Albuquerque de Azevedo - SIAPE 1766164 - Portaria ANAC nº 626, de 27/04/2010

RELATÓRIO

Introdução

Trata-se de recurso interposto por DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP em face da decisão proferida no curso do Processo Administrativo nº 00065.141751/2012-72, conforme registrado no Sistema Eletrônico de Informações desta Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (volume(s) SEI nº 1196305, 1197584, 1199845, 1197585, 1199312, 1199557 e 1199739) da qual restou aplicada pena de multa, consubstanciada essa no crédito registrado no Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC sob o número 651.151/15-1.

O Auto de Infração nº 06170/2012, que deu origem ao presente processo, foi lavrado em 29/12/2012, capitulando a conduta do Interessado no art. 36, §1º, e art. 289, inciso I, do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7.565 c/c item 13.3.1 do Apêndice I ao Anexo à Resolução ANAC nº 115/2009, descrevendo-se o seguinte (fl. 01):

Data: 29/05/2012 Hora: 15:00 Local: Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino – SBSR – São José do Rio Preto - SP

(...)

Descrição da Ocorrência: Não realizar, na periodicidade prevista na legislação em vigor, exercícios simulados para avaliação da efetividade da planificação.

HISTÓRICO: Em inspeção no aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino (SBSR), realizada no período de 28 a 30/05/2012, constatou-se que o serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio (SESCINC) não realiza a aferição do tempo resposta na periodicidade prevista no item 13.3.1. Apêndice I ao Anexo à Resolução nº 115, de 06 de outubro de 2009. Foi solicitado ao administrador do aeródromo e não disponibilizado pelo mesmo, o registro das 12 últimas aferições do tempo-resposta do SESCINC. O relatório de Inspeção Aeroportuária (RIA) correspondente a esta inspeção é o RIA nº015P/SIA-GFIS/2012, de 28/05/2012.

Relatório de Fiscalização

Foi juntada a cópia parcial de documento referente à inspeção realizada no Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino – SBSR – São José do Rio Preto - SP, Relatório de Inspeção Aeroportuária – RIA nº 015P/SIA-GFIS/2012, de 30/05/2012, em que são apontadas “não-conformidades” – fls. 02/04.

No item 2.3 do relatório está descrito que “Não é aferido o tempo resposta como estabelecido na legislação” – fl. 03.

Defesa do Interessado

Notificado da lavratura do Auto de Infração em 05/11/2012 (fl. 06), o Autuado postou/protocolou defesa em 23/11/2012 (fls. 07/10).

No documento, afirma que “o Aeroporto de São José do Rio Preto situa-se em uma área geograficamente ideal para atingir as cabeceiras da pista em tempo abaixo do previsto no item 13.1.1 da Resolução nº 155 da ANAC”.

Adiciona que a Seção Contraincêndio (SCI) do aeroporto conta com duas viaturas, as quais operavam, à época da infração, com pneus recauchutados. Esclarece que as viaturas operam nessas condições devido às dificuldades encontradas pela administração aeroportuária em adquirir pneus novos, que não seriam produzidos no Brasil. Sustenta a impossibilidade de atender, imediatamente, à necessidade de aquisição de novos pneus. E devido a este problema, a administração recomendou à SCI que “somente em emergência real, as viaturas deveriam imprimir maior velocidade, tendo em vista do desgaste de seus pneus”.

Alega que os pneus foram substituídos por novos em 20 de setembro de 2012, sendo que a partir daquele momento as aferições do tempo-resposta começaram a ser medidas conforme previsto em norma.

Informa que “os procedimentos previstos no item 13.1.1 da Resolução ANAC nº 115/2009 estão sendo, atualmente, rigorosamente cumpridos e que, aqueles anteriormente adotados não colocaram em risco as operações do Aeroporto.”

Afirma, ainda, que o aeroporto não ficou desguarnecido do socorro nem houve prejuízo à segurança, pois na área interna do Aeroporto existe um posto dos Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Acrescenta que este posto é parte integrante do Plano de Contraincêndio do aeroporto e que ele se encontra a poucos metros da pista de pouso, comunicando-se com toda a área aeroportuária. Desta forma, conclui que “em hipótese alguma, um incêndio eventual não teria a proteção imediata do Plano Contraincêndio (...)” (fl. 10).

A autuada afirma, ainda, que na área interna do Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino existe um posto dos Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o qual possui os seguintes equipamentos: 1) uma viatura auto tanque com capacidade para 6.000 litros de água; 2) uma viatura tanque de apoio com capacidade para 20.000 litros de água; 3) uma viatura auto bomba com capacidade para 2.000 litros de água e agentes extintores com plataforma; e 4) uma viatura escada com capacidade para 2.000 litros de água. Acrescenta que este posto é parte integrante do Plano de Contraincêndio do aeroporto, o qual foi aprovado pela ANAC em 17/01/2011.

A defesa ainda traz uma carta assinada pelo Diretor de Aeroportos do Interior (fls. 12 e 13), na qual ele afirma que, apesar dos pneus recauchutados, as viaturas da SCI operavam normalmente, embora com cautela. E pretendendo comprovar tal afirmação, anexa cópias dos formulários de Controle Diário das Viaturas referentes aos meses de janeiro a novembro de 2012. O Diretor reafirma a orientação dada ao aeroporto de São José do Rio Preto de apenas utilizar as viaturas em situações de emergência real.

Junta aos autos documentos referentes ao processo licitatório para compra dos referidos pneus, com o intuito de demonstrar a dificuldade da aquisição e a preocupação do Departamento em regularizar a situação (fls. 45 a 209).

Conclui sua defesa requerendo que o Auto de Infração seja anulado e a ela anexa os seguintes documentos:

1. Foto nº1, demonstrando a entrada e a localização do posto do corpo de bombeiros (fl. 11);
2. Cópia do Relato do Diretor do Aeroporto, cujas afirmativas foram transcritas na defesa (fls. 12 e 13);
3. Foto frontal da viatura CCI AP2 01DB e dos pneus (fls. 14 a 17);
4. Planta do Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino (SBSR) (fl. 18);
5. Cópia de Ficha de Controle de Quilometragem e Incursão em Pista (fls. 19 a 44);
6. Folha de abertura do Processo nº 0038/2012 DAESP, para aquisição de pneus a serem utilizados nas viaturas da SCI (fl. 45);
7. Cópia do documento Inf. DAI/SMA nº 015/2012/OM, de 23/01/2012, anexando o pedido de Material/Serviço nº 005/12/OM (fl. 46);
8. Pedido de Material/Serviço nº 005/12/OM, solicitando aquisição dos pneus para as viaturas da SCI do aeroporto (fl. 47);
9. Solicitação de orçamento para nove empresas via e-mail, e duas respostas enviadas (fls. 48 a 61);
10. Manifestação do DAESP ao Procurador do Estado, de 06/03/2012, demonstrando a necessidade de aquisição dos pneus em questão, para análise e parecer à referida contratação (fl. 62);
11. Parecer PJ nº 098/2012, de 06/03/2012, no qual o Procurador Jorge Miguel solicita a criação de um pregão eletrônico diante da escassez de orçamentos e sugere urgência no procedimento (fls. 63 e 64);
12. Estimativa de preços para o Pregão Eletrônico datado de 06/03/2012 (fl. 65);
13. Cópia do documento Inf. DA/SEÇÃO DE COMPRAS/Nº037/2012, de 08/03/2012, sugerindo o encaminhamento à Divisão de Finanças para Reserva de Recurso, contabilização e emissão da oferta de compra (fls. 66 a 68);
14. Autorização da despesa e folha de consulta da oferta de compra datado de 10/04/2012 (fls. 69 a 71);
15. Encaminhamento do processo à divisão de finanças para providências após reservado e contabilizado (fl. 72);
16. Edital do Pregão Eletrônico nº 004/DAESP/2012 datado de 17/04/2012 (fls. 73 a 90);
17. Parecer PJ nº 149/2012, de 18/04/2012, no qual se considera o processo em condições jurídicas para prosseguir (fl. 91);
18. Declaração de abertura do processo licitatório marcada para o dia 08/05/2012 (fl. 92);
19. Comprovante de envio e recebimento de licitação datado de 20/04/2012 (fl. 93);
20. Publicação de abertura do pregão no Diário Oficial da União em 20/04/2012 (fls. 94 e 95);
21. Declaração da Secretaria de Logística e Transportes, na qual se reconhece a abertura do edital para aquisição dos pneus (fl. 96);
22. Certificado de Pregoeiro de Meire Cristina Ferreira Ramos (fl. 97);
23. Documentos relacionados no procedimento de cadastro do pregão (fl. 98 a 102);

24. Imagem do site da DAESP constando a data de abertura do pregão em 08/05/2012 (fl. 103);
25. Abertura do pregão, aguardando propostas (fl. 104);
26. Abertura do Pregão, etapa de habilitação da Empresa Rodobens (fl. 105);
27. Ficha cadastral da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA, candidata ao leilão (fls. 106 e 109);
28. Ata da Assembleia Extraordinária da empresa Rodobens datada de 30/04/2007 (fls. 110 a 120);
29. Documentos auxiliares da Nota Fiscal, datados de 08/05/2012 (fls. 121 e 122);
30. Certidão de Distribuições Cíveis, nada constando quanto a pedido de falência da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA, de 03/05/2012 (fl. 123);
31. Cópia do comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral junto à Receita Federal, de 13/04/2012 (fl. 124);
32. Cópia do comprovante de consulta do contribuinte perante o Governo do Estado de São Paulo (fls. 125 a 131);
33. Consulta Cadastral de Contribuintes de ICMS (CADESP) em nome da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA (fls. 132 e 133);
34. Consulta Cadastral perante a Prefeitura de São José do Rio Preto, constando como quite a situação da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA. (fls. 134 e 135);
35. Certidão Negativa de Débitos de Impostos quanto à Fazenda Municipal em nome da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA (fl. 136);
36. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, válida até 03/06/2012, constando débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e débitos inscritos em Dívida Ativa da União em nome da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA (fl. 137);
37. Certificado de Regularidade do FGTS em nome da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA (fl. 138);
38. Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros (fl. 139);
39. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, válida até 03/06/2012, constando débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e débitos inscritos em Dívida Ativa da União (fl. 140);
40. Declaração da empresa Rodobens Caminhões Cirasa SA, anunciando estar de acordo com as condições do Edital (fl. 141);
41. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo (fl. 142);
42. Procuração datada de 25/04/2012 (fls. 143 e 144);
43. Cópia da CNH de Marcelo Figueiredo de Oliveira (fl. 145);
44. Cópia da CNH de Elaine Fabiana Takahashi (fl. 146);
45. Memorial Descritivo/Especificações técnicas, no qual são estabelecidas as características técnicas mínimas e os requisitos básicos do produto a ser adquirido (fl.147);
46. Correspondência encaminhada por empresa fornecedora, datada de 08/05/2012, na qual alega não existir um catálogo de apresentação do pneu por se tratar de um produto importado (fls. 148 e 149);
47. Proposta de venda da Rodobens Caminhões e Ônibus com validade de 60 dias (fl. 150);
48. Atos Decisórios homologando a compra dos pneus (fl. 151);
49. Ata de Realização do Pregão Eletrônico (fls. 152 a 156);
50. Documento de cotação dos pneus (fl. 157);

51. Às fls. 158 a 184 novas cópias das fls. 131 a 156 juntadas aos autos;
52. Despacho da comissão de licitações, de 15/05/2012, encaminhando o processo para conhecimento e ratificação (fl. 185);
53. Despacho do Superintendente, de 15/05/2012, homologando a decisão da pregoeira e encaminhando à Divisão de Administração para conhecimento, publicação no Diário Oficial do Estado e demais providências (fl. 186);
54. Comprovante de envio da licitação à imprensa oficial para sua homologação, datado de 16/05/2012 (fl. 187);
55. Publicação do pregão eletrônico no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 92, de 17/05/2012 (fl. 188);
56. Consulta de homologação do pregão, constando como credor não cadastrado (fls. 189 e 190);
57. Folha de informação nº 129, de 17/05/2012, informando que a empresa Rodobens não possui conta corrente cadastrada no SIAFEM, encaminhando o processo para a área de Compras, para verificar se a empresa possui conta no BB para cadastramento (fl. 191);
58. Folha de encaminhamento para providências destinada a Sra. Meire, datada de 20/05/2012 (fl. 191 verso);
59. Correspondência eletrônica, de 22/05/2012, informando a conta da empresa Rodobens no Banco do Brasil para cadastramento no SIAFEM (fl. 192);
60. Consulta de homologação do pregão, de 23/05/2012, constando como homologado o processo (fls. 193 a 195);
61. Folha de informação nº 134, de 24/05/2012, devolvendo o processo à Divisão de Finanças (fl. 196);
62. Folha Notas de empenho, de 25/05/2012, informando os detalhes do pregão (fl. 196);
63. Cadastro do pregão, de 25/05/2012, constando como encerrado (fls. 198 e 199);
64. Ordem de Compra/Serviço nº 034//DAESP/2012, de 28/05/2012, indicando prazo de entrega e de pagamento (fls. 200 e 201);
65. Atestado para fins de entrega dos materiais contratados na ordem de compra nº 034/DAESP/2012, de 28/05/2012 (fl. 202);
66. Extrato de Ordem de Compra, de 12/06/2012 (fl. 203);
67. Comprovante de envio da licitação à imprensa oficial para emissão de nota de empenho, datado de 11/06/2012 (fl. 204);
68. Publicação no Diário Oficial do Poder Executivo, de 12/06/2012 (fl. 205);
69. Cópia do documento Inf. DAI/SMA nº 183/12/OM, datado de 20/09/2012 (fl. 206);
70. Cópia da Nota Fiscal nº 66993 emitida pela empresa Rodobens em 18/09/2012 (fl. 207);
71. Cópia do documento IND/DA/SEÇÃO DE COMPRAS/N.º243/2012, datado de 01/10/2012 (fl. 208);
72. Relação das Ordens Bancárias Externas, datada de 19/10/2012, autorizando o pagamento da mercadoria (fl. 209);

À fl. 213, Certidão datada de 06/01/2015, atestando a existência de manifestação tempestiva juntada aos autos, bem como o encerramento da fase instrutória e início da fase de análise e decisão.

Decisão de Primeira Instância

Em 25/09/2015, a autoridade competente, após apontar a presença de defesa, decidiu pela aplicação, sem atenuante e/ou agravante, de multa no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) – fls. 214/221.

Às fls. 224/224v, notificação de decisão de primeira instância, de 21/10/2015, informando o Interessado acerca da aplicação de penalidade de multa, abrindo prazo para interposição de recurso.

Recurso do Interessado

Tendo tomado conhecimento da decisão em 26/10/2015 (fl. 226), o Interessado postou/protocolou recurso em 29/10/2015 (fls. 227/233).

Em suas razões, reitera suas alegações prestadas em defesa, afirmando que nunca ficou desguarnecido do socorro nem houve qualquer prejuízo à segurança aeroportuária e declarando haver instalado um Posto de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que integra o Plano de Contraincêndio do Aeroporto de São José do Rio Preto.

Declara, ainda, que à época da inspeção já havia sido instaurado processo licitatório para aquisição de novos pneus e alega dificuldade para tal aquisição por se tratar de material importado.

Afirma que “em hipótese alguma, um incêndio eventual não teria a proteção imediata do Plano Contraincêndio que se instalou no Aeroporto de São José do Rio Preto”.

Apresenta seus argumentos mencionando que, conforme Convênio estabelecido entre as partes, o DAESP é parceiro da União quando administra os aeroportos do interior do Estado de São Paulo, não sendo contratado pela ANAC.

Acrescenta que não deve existir multa sem prévia cominação legal. Afirma que as penalidades no país não advêm de simples resoluções ou portarias, sendo necessário ter o apoio de Lei aprovada pelo Congresso Nacional. Ao final, solicita a revogação do valor lançado como penalidade de multa no processo especificado.

Tempestividade do recurso certificada em 01/06/2016 – fl. 234.

Outros Atos Processuais e Documentos

Em 06/01/2015, foi juntada aos autos do processo a Certidão de Renumeração (fl. 210).

Em 02/12/2014, foram juntados aos autos do processo o Termo de Encerramento de Volume (fl. 211) e o Termo de Abertura de Volume (fl. 212).

Termo de Encerramento de Trâmite Físico assinado eletronicamente em 28/11/2017 (SEI nº 1294866).

Consta aos autos o Despacho da Secretaria da ASJIN, documento assinado eletronicamente em 19/12/2017 (SEI nº 1360208), sendo o presente expediente atribuído à Relatoria no sistema SEI para apreciação e proposição de voto na mesma data.

Anexado aos autos Extrato de Lançamento do Sistema SIGEC (SEI nº 1934352).

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (fls. 05 e 223).

É o relatório.

VOTO DA RELATORA

1. PRELIMINARES

Conheço do Recurso, vez que presente seu pressuposto de admissibilidade, recebendo-o com efeito

suspensivo, conforme art. 16 da Resolução ANAC nº 25/2008.

1.1. *Da alegação de ausência de previsão legal*

Em recurso, o Interessado alega que não deve existir multa sem prévia cominação legal. Ao final, solicita a revogação do valor lançado como penalidade de multa no processo especificado.

Contudo, cabe ressaltar que, quanto à norma infringida, compete à União, por intermédio da ANAC, regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, em conformidade com o disposto no artigo 2º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005 – Lei da ANAC.

Cumprir observar que entender que a norma que impõe a conduta não poderia ser veiculada por meio de Resolução seria afastar o poder regulador dessa Agência, atribuído à ANAC nos termos da Lei nº 11.182/2005, que criou essa Autarquia.

Assim, conforme a Lei nº 11.182/2005, foi criada a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, autarquia federal submetida a regime especial, à qual foram atribuídos poderes regulatório/normativo e fiscalizador sobre as atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária (art. 2º), restando tais competências delineadas nos termos do artigo 8º do referido diploma legal, cujos incisos X, XI, XXI, XXVIII, XXX e XXXV preconizam que:

Lei nº 11.182/2005

Art. 8o Cabe à ANAC adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do País, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade, competindo-lhe:

(...)

X – regular e fiscalizar os serviços aéreos, os produtos e processos aeronáuticos, a formação e o treinamento de pessoal especializado, os serviços auxiliares, a segurança da aviação civil, a facilitação do transporte aéreo, a habilitação de tripulantes, as emissões de poluentes e o ruído aeronáutico, os sistemas de reservas, a movimentação de passageiros e carga e as demais atividades de aviação civil;

XI – expedir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, inclusive o porte ou transporte de armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos, substâncias ou objetos que possam pôr em risco os tripulantes ou passageiros, ou a própria aeronave ou, ainda, que sejam nocivos à saúde;

(...)

XXI – regular e fiscalizar a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, com exceção das atividades e procedimentos relacionados com o sistema de controle do espaço aéreo e com o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos;

(...)

XXVIII - fiscalizar a observância dos requisitos técnicos na construção, reforma e ampliação de aeródromos e aprovar sua abertura ao tráfego;

(...)

XXX – expedir normas e estabelecer padrões mínimos de segurança de voo, de desempenho e eficiência, a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços aéreos e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive quanto a equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem;

(...)

XXXV – reprimir infrações à legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários, e aplicar as sanções cabíveis;

(...)

De acordo com o aludido dispositivo, cumpre à mencionada autarquia federal, portanto, regular e fiscalizar a infraestrutura aeroportuária, segurança da aviação civil e facilidades do transporte aéreo, competindo-lhe consequentemente editar normas que regrem o setor e zelar pelo seu devido atendimento.

Assim, cabe à entidade autárquica atuar de modo a garantir a observância do marco regulatório, o que lhe

impõe a adoção de medidas repressivas, corretivas e punitivas em desfavor daqueles que infringem as normas de regência da atividade.

Assim, faz-se evidente o fato de o poder normativo conferido à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC permitir-lhe tanto a edição de normas que criam obrigações e deveres para os administrados, como os sujeitem à imposição de sanções na hipótese de seu descumprimento, sob pena de, ao não se admitir a previsão de penalização em legislação complementar editada pela autarquia federal, restar tolhida a sua capacidade de coerção, tornando inócuos os atos normativos produzidos pela agência reguladora.

Cumpra assinalar que o Código Brasileiro de Aeronáutica considera no §3º do artigo 1º, a seguinte redação:

CBA

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º O Direito Aeronáutico é regulado pelos Tratados, Convenções e Atos Internacionais de que o Brasil seja parte, por este Código e pela legislação complementar.

§ 3º A legislação complementar é formada pela regulamentação prevista neste Código, pelas leis especiais, decretos e normas sobre matéria aeronáutica (artigo 12).

No presente caso, verifica-se que a imposição de penalidade por infração em relação a não realizar, na periodicidade prevista na legislação em vigor, exercícios simulados para avaliação da efetividade da planificação, teve amparo legal no art. 36, §1º, e art. 289, inciso I, do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7.565 c/c item 13.3.1 do Apêndice I ao Anexo à Resolução ANAC nº 115/2009 c/c item 09 da Tabela II (Construção/Manutenção e Operação de Aeródromos) do Anexo III da Resolução ANAC nº 25/2008.

No próprio CBA, mais especificamente, no §1º do artigo 36, encontramos a competência da autoridade aeronáutica, hoje, como já abordado, autoridade de aviação civil – ANAC (artigo 5º da Lei da ANAC), para a coordenação e o controle da exploração da atividade aeroportuária:

CBA

Art. 36. Os aeródromos públicos serão construídos, mantidos e explorados:

I - diretamente, pela União;

II - por empresas especializadas da Administração Federal Indireta ou suas subsidiárias, vinculadas ao Ministério da Aeronáutica;

III - mediante convênio com os Estados ou Municípios;

IV - por concessão ou autorização.

§ 1º A fim de assegurar uniformidade de tratamento em todo o território nacional, a construção, administração e exploração, sujeitam-se às normas, instruções, coordenação e controle da autoridade aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 36-A. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015)

§ 2º A operação e a exploração de aeroportos e heliportos, bem como dos seus serviços auxiliares, constituem atividade monopolizada da União, em todo o Território Nacional, ou das entidades da Administração Federal Indireta a que se refere este artigo, dentro das áreas delimitadas nos atos administrativos que lhes atribuírem bens, rendas, instalações e serviços.

§ 3º Compete à União ou às entidades da Administração Indireta a que se refere este artigo, estabelecer a organização administrativa dos aeroportos ou heliportos, por elas explorados, indicando o responsável por sua administração e operação, fixando-lhe as atribuições e determinando as áreas e serviços que a ele se subordinam.

§ 4º O responsável pela administração, a fim de alcançar e manter a boa qualidade operacional do aeroporto, coordenará as atividades dos órgãos públicos que, por disposição legal, nele devam funcionar.

§ 5º Os aeródromos públicos, enquanto mantida a sua destinação específicas pela União, constituem universidades e patrimônios autônomos, independentes do titular do domínio dos imóveis onde estão situados (artigo 38).

O artigo 289, inciso I, da Lei nº 7.565/86, autoriza, dentre outras medidas, a imposição de sanção pecuniária no caso de descumprimento tanto dos preceitos do próprio CBA, como do das disposições da “legislação complementar”. Assim, não obstante o poder regulatório legalmente atribuído à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC já lhe permita não apenas editar regras de conduta para os regulados, como também estabelecer sanções administrativas para o eventual caso de descumprimento daquelas, objetivando assegurar a sua efetividade, a imposição de penalidade pecuniária, por inobservância de norma complementar sobre infraestrutura aeroportuária, encontra amparo legal nos preceitos veiculados no art. 289, inciso I da Lei nº 7.565/86.

Ainda nesta linha de raciocínio, devemos, também, apontar à infringência à norma complementar, *neste caso*, a Resolução ANAC nº 115/2009, que estabelece critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC), no âmbito da ANAC.

Observa-se ainda que, com o advento da Resolução ANAC nº 58/2008, o primeiro quadro do Anexo II da Resolução ANAC nº 25/2008 restou revogado e substituído pelo Anexo III da Resolução ANAC nº 25 (incluído pela Resolução ANAC nº 58/2008), que melhor detalhou os critérios de quantificação das distintas infrações na área de infraestrutura aeroportuária, facilitação, segurança da aviação civil, entre outras áreas não especificadas no art. 299 e 302 e seus incisos.

No tocante à quantificação de multa imposta, a Resolução ANAC nº 25/2008 e a Instrução Normativa ANAC nº 08/2008 disciplinam, de modo a atender ao preceito contido no artigo 295 do CBA (‘A multa será imposta de acordo com a gravidade da infração, podendo ser acrescida da suspensão de qualquer dos certificados ou da autorização ou permissão’), o procedimento para o arbitramento de penalidades pecuniárias, mediante a eleição dos critérios objetivos aplicáveis.

De acordo com os artigos 20, 21 e 22 da Resolução ANAC nº 25/2008, para imposição das penalidades previstas na referida Resolução, será aplicado o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e sua legislação complementar, bem como as demais normas de competência da autoridade da aviação civil, restando estabelecido que a dosimetria da sanção deve ter início no termo médio, permitindo a eventual existência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes previstas o seu deslocamento para o valor mínimo ou máximo.

Diante de todo o exposto, resta a esta ANAC regular o setor, utilizando de instrumentos que permitem compelir os administrados à observância do regramento vigente, de acordo com a Lei nº 11.182/2005. Nesse sentido, verifica-se que as condutas, penalidades e valores de multa dispostos na Resolução ANAC nº 25 são perfeitamente aplicáveis no presente processo administrativo.

Corroborando com o setor de primeira instância administrativa, sobre essa questão já se pronunciou a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Processo AC 00021804720114058400, Desembargador Federal Walter Nunes da Silva Júnior DJE - Data: 01/03/2012 - Página:176).

Demonstra-se, assim, que a aplicação da penalidade ao Interessado no feito tem base legal, afastando, assim, sua alegação de afronta ao princípio da legalidade.

1.2. ***Da Regularidade Processual***

O interessado foi regularmente notificado quanto à infração imputada em 05/11/2012 (fl. 06), tendo apresentado sua Defesa em 23/11/2012 (fls. 07/10). Foi, ainda, regularmente notificado quanto à decisão de primeira instância em 26/10/2015 (fl. 226), apresentando o seu tempestivo Recurso em postou/protocolou recurso em 29/10/2015 (fls. 227/233), conforme Despacho de fl. 234.

Desta forma, aponto a regularidade processual do presente processo, a qual preservou todos os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitou, também, os princípios da Administração Pública, em especial contraditório e ampla defesa, estando, assim, pronto para, agora, receber uma decisão

de segunda instância administrativa por parte desta Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância - ASJIN.

2. FUNDAMENTAÇÃO - MÉRITO E ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DO INTERESSADO

2.1. *Da materialidade infracional*

Quanto ao presente fato, imputa-se ao Autuado não realizar, na periodicidade prevista na legislação em vigor, exercícios simulados para avaliação da efetividade da planificação no Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino – SBSR – São José do Rio Preto - SP.

Diante da infração do processo administrativo em questão, a autuação foi realizada com fundamento no art. 289, Inciso I, do CBA, Lei nº 7.565, de 19/12/1986, que dispõe o seguinte:

CBA

Art. 289. Na infração aos preceitos deste Código ou da legislação complementar, a autoridade aeronáutica poderá tomar as seguintes providências administrativas:

I - multa;

(...)

Ainda o CBA, em seu art. 36, dispõe:

CBA

Art. 36. Os aeródromos públicos serão construídos, mantidos e explorados:

I - diretamente, pela União;

II - por empresas especializadas da Administração Federal Indireta ou suas subsidiárias, vinculadas ao Ministério da Aeronáutica;

III - mediante convênio com os Estados ou Municípios;

IV - por concessão ou autorização.

§1º A fim de assegurar uniformidade de tratamento em todo o território nacional, a construção, administração e exploração, sujeitam-se às normas, instruções, coordenação e controle da autoridade aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 36-A. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015)

(...)

(grifo nosso)

A Resolução ANAC nº 115, de 06 de outubro de 2009, estabelece critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC), no âmbito da ANAC.

No Anexo da mencionada Resolução são apresentados os requisitos para implantação, operação e manutenção do serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndios em aeródromos civis (SESCINC).

No Apêndice I ao Anexo à Resolução nº 115 estão descritos os requisitos para a organização e o funcionamento dos serviços de combate a incêndio nos aeródromos brasileiros. Especificamente em seu item 13.3.1 tem-se que:

Resolução ANAC nº 115/2009

13.3. PERIODICIDADE E CONTROLE DA AFERIÇÃO DO TEMPO-RESPOSTA

13.3.1. O operador de aeródromo deve garantir que, no mínimo, uma vez a cada mês, o SESCINC

efetuará a aferição do tempo-resposta.

O item 13.1.1 da referida norma define tempo-resposta como o tempo transcorrido desde o acionamento da Seção Contraincêndio (SCI) até o momento em que o primeiro carro contraincêndio (CCI) esteja posicionado na cabeceira mais distante do aeroporto e em condição de aplicar espuma a um regime de descarga de, no mínimo, 50% do estabelecido para o aeródromo.

A norma traz, ainda, em seu item 13.3.3 do Anexo à Resolução ANAC nº 115/2009, a especificação de que o operador de aeródromo garanta que seja disponibilizado na SCI o registro das doze últimas aferições do tempo-resposta, sendo que tais registros devem apresentar informações de desempenho dos CCI acionados, bem com os respectivos tempos obtidos.

A Resolução ANAC nº 25, de 25/04/2008, que estabelece a tabela de infrações no Anexo III, Tabela II (Construção/Manutenção e Operação de Aeródromos), apresenta, em seu item 09, a infração, conforme disposto *in verbis*:

Resolução ANAC nº 25/2008

ANEXO III

(...)

Tabela II (Construção/Manutenção e Operação de Aeródromos)

(...)

09. Não manter atualizados os documentos relativos à planificação para atendimento a emergências que ocorram no aeroporto ou em seu entorno ou não realizar, na periodicidade prevista na legislação em vigor, exercícios simulados para avaliação da efetividade da planificação.

Desta forma, fica evidenciada a obrigação do operador do aeródromo de realizar mensalmente as aferições do tempo-resposta de seus carros contraincêndio; sendo tal medição realizada mediante a contagem do tempo transcorrido desde o acionamento da SCI até a chegada do primeiro CCI à cabeceira mais distante da pista de pouso.

2.2. ***Quanto às Alegações do Interessado***

Quanto às alegações da interessada apresentadas em defesa, tendo em vista as conclusivas informações trazidas na proposta de decisão pela Superintendência Infraestrutura Aeroportuária – SIA, apostas às fls. 214/221, reporto-me ao disposto pelo §1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, o qual dispõe que a motivação do ato administrativo, que venha a decidir recursos administrativos (inciso V deste mesmo artigo), pode “*consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, que neste caso, serão parte integrante do ato*”.

Assim, declaro, expressamente, concordar integralmente com as contra-argumentações exaradas em decisão de primeira instância pela Superintendência Infraestrutura Aeroportuária – SIA as quais, neste ato e após sua leitura integral, passam a fazer parte das razões de voto desta Relatora.

Em recurso, o Interessado alega inexistência de cominação legal, questão preliminarmente afastada neste voto.

Quanto à alegação do Recorrente, afirmando ser parceiro da ANAC, cabe dizer que o DAESP, na condição de administrador dos aeródromos do interior do Estado de São Paulo, está submetido à regulamentação e fiscalização pela ANAC, sujeitando-se às medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do País.

Conclui-se, por conseguinte, que a celebração de Convênio com a União para administração dos aeródromos não tem o condão de afastar a competência legal da ANAC para apuração de infrações praticadas, pela Administração Aeroportuária, nestes aeródromos.

Frisa-se que o operador do aeródromo é responsável pela implantação, operação e manutenção do SESCINC nos aeródromos públicos civis abertos ao tráfego aéreo e, também, o responsável pelas ações necessárias para a manutenção do nível de proteção contraincêndio requerido para o aeródromo, conforme os itens 5.1 e 5.2 do Anexo à Resolução ANAC nº 115/2009.

Assim, corroborando com o setor de primeira instância administrativa, o fato de o Interessado alegar que a existência de instalação de um Posto de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, apresentar dificuldades na aquisição de novos pneus, e afirmar que um incêndio eventual não teria a proteção imediata do Plano Contraincêndio, cabe dizer que tais alegações não exime o DAESP da obrigação imposta em norma, nem mesmo afastam a responsabilidade do Interessado quanto ao ato infracional praticado.

Ainda, cabe reiterar que a alegação do Interessado de que a geografia local favorece tempos-resposta dentro dos limites impostos pela regulação não tem o condão de descaracterizar a infração imputada, tendo em vista ser obrigação prevista em legislação a realização dos exercícios simulados com o fim de aferir objetivamente o tempo-resposta – não suprimindo tal obrigação mera observação sobre peculiaridades locais que possam favorecer o acesso às cabeceiras de pista.

Entende-se que o fato de ter ocorrido orientação da administração à SCI que “somente em emergência real, as viaturas deveriam imprimir maior velocidade, tendo em vista do desgaste de seus pneus”, já indica que o Interessado não estava de acordo com o previsto em legislação.

Quanto à alegação do Recorrente que a partir de 20/09/2012 começou a realizar as aferições do tempo-resposta conforme previsto em norma, cabe dizer que a ação tomada pelo Autuado, em momento posterior à constatação *in loco* pela fiscalização desta ANAC, não tem o condão de afastar o ato infracional praticado pelo Interessado.

No caso em tela, caberia a administração aeroportuária ou seu preposto no Aeroporto demonstrar a fiscalização desta ANAC o cumprimento à legislação no ato da inspeção, fato este que não ocorreu, acarretando, assim, a lavratura do presente Auto de Infração.

Diante de todo o exposto, conforme evidências e documentação nos autos, verifica-se que, de fato, o serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio (SESCINC) no Aeroporto Estadual Professor Eriberto Manuel Reino – SBSR – São José do Rio Preto - SP não realiza, na periodicidade prevista na legislação em vigor, exercícios simulados para avaliação da efetividade da planificação, restando, portanto, configurado o ato infracional pelo descumprimento do item 13.3.1 do Apêndice I ao Anexo à Resolução ANAC nº 115/2009.

Destaca-se, ainda, que as afirmativas da fiscalização desta ANAC possuem *presunção de legitimidade e certeza*, as quais devem ser afastadas apenas com as necessárias comprovações da parte interessada, o que, no caso em tela, não ocorreu.

Verifica-se que as alegações do Interessado não têm o condão de afastar o ato infracional praticado, tendo em vista que o Recorrente não trouxe aos autos qualquer prova de que, de fato, não descumpriu a legislação vigente.

Ademais, a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em seu art. 36, dispõe a redação que segue:

Lei nº 9.784/99

Art. 36 Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Isto posto, diante a comprovação do ato infracional pelo descumprimento da legislação vigente à época dos fatos, restou configurada a irregularidade apontada no AI nº 06170/2012, de 29/12/2012, ficando o Interessado sujeito a aplicação de sanção administrativa.

3. DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

Pelo exposto, houve, de fato, violação à legislação, com a prática de infração fundamentada no art. 36, §1º, e art. 289, inciso I, do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7.565 c/c item 13.3.1 do Apêndice I ao Anexo à Resolução ANAC nº 115/2009 c/c item 09 da Tabela II (Construção/Manutenção e Operação de Aeródromos) do Anexo III da Resolução ANAC nº 25/2008, restando analisar a adequação do valor da multa aplicada como sanção administrativa.

O Código Brasileiro de Aeronáutica dispõe, em seu art. 295, que a multa será imposta de acordo com a gravidade da infração. Nesse sentido, a Resolução ANAC nº 25/2008 e a Instrução Normativa ANAC nº 08/2008, que dispõem sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil determinam, respectivamente, em seu art. 22 e art. 58, que sejam consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes na imposição da penalidade pecuniária.

Nesse contexto, é válido observar que o valor da multa imposta pela autoridade competente – R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), foi fixado dentro dos limites previstos na Resolução ANAC nº 25/2008 e conforme o disposto no artigo 57 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008, indicando que a penalidade de multa será calculada a partir do valor intermediário.

Destaca-se que, com base no Anexo III, pessoa jurídica, da Resolução ANAC nº 25/2008, o valor da multa referente ao item 09 da Tabela II (Construção/Manutenção e Operação de Aeródromos) poderá ser imputado em R\$ 40.000 (grau mínimo), R\$ 70.000 (grau médio) ou R\$ 100.000 (grau máximo).

3.1. *Das Circunstâncias Atenuantes*

Verifica-se que o setor competente para decisão de primeira instância não aplicou quaisquer das circunstâncias atenuantes previstas nos incisos do §1º da Resolução ANAC nº 25/2008.

Cumprе mencionar que, para o reconhecimento da circunstância atenuante prevista no artigo 22, §1º, inciso I da Resolução ANAC nº 25/2008 (“o reconhecimento da prática da infração”), entende-se que o ente regulado deve reconhecer não só a prática do ato, mas também o fato de que essa conduta infringiu norma de competência da Autoridade de Aviação Civil, o que não se deu nos autos do processo. Dessa forma, deve ser afastada a sua incidência.

Cabe mencionar que, em defesa, o Interessado não reconhece o ato infracional, requerendo o arquivamento do presente auto de infração. Ressalta-se que o pedido de anulação do auto de infração pelo Autuado impossibilita a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração.

Em relação a essa causa de minoração da pena com base na referida hipótese, a ASJIN estabeleceu as seguintes Súmulas, conforme redação a seguir:

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 01.01: É possível a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração (art. 22, §1º, inciso I, da Res. 25/2008) em sede de segunda instância administrativa quando fruto de reiteração de pedido, sem defesa de mérito, não deferido na decisão de primeira instância.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 01.02: A explanação do contexto fático que deu razão à prática infracional não impossibilita a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração (art. 22, §1º, inciso I, da Res. 25/2008), contanto que a justificativa não busque afastar a responsabilidade pelo cometimento do ato infracional.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 01.03: O pedido de anulação do auto de infração impossibilita a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 01.04: A apresentação de argumento de excludente de responsabilidade caracteriza defesa de mérito e impossibilita a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração (art. 22, §1º, inciso I, da Res. 25/2008).

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 01.05: É requisito para a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração (art. 22, §1º, inciso I, da Res. 25/2008) que o autuado manifeste expressamente que reconhece o cometimento da conduta.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 01.06: A apresentação pelo autuado, em qualquer fase do

processo, de argumentos contraditórios para com o reconhecimento da prática da infração caracteriza preclusão lógica processual e impossibilita a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração (art. 22, §1º, inciso I, da Res. 25/2008).

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 01.07: A apresentação de questões preliminares de regularidade processual, sem defesa de mérito, não impossibilita a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração (art. 22, §1º, inciso I, da Res. 25/2008).

Quanto à aplicação de atenuante com base no fundamento em adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração antes de proferida a decisão, há o entendimento desta ASJIN que o cumprimento das obrigações previstas em legislação, por si só, mesmo que em momento posterior, não pode ser considerado como uma circunstância atenuante. Ainda, sua aplicação se faz somente quando há nos autos comprovação de que a adoção tomada pelo Interessado foi voluntária e eficaz para evitar ou amenizar as consequências da infração.

Caberia ao Interessado, por iniciativa própria, adotar providências concretas e eficazes, não provenientes do cumprimento de obrigação normativa, comprovando-as de forma documental nos autos do processo.

Nesse sentido, cumpre mencionar as Súmulas desta ASJIN quanto ao tema, consignadas em Ata de Reunião de Colegiado 05/2017 (SEI nº 1120763), conforme redação que segue:

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 02.01: É requisito para concessão da atenuante de “adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração, antes de proferida a decisão” (art. 22, §1º, inciso II, da Res. 25/2008) que as providências tenham sido tomadas antes de proferida a decisão de primeira instância administrativa.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 02.02: Para fins de concessão da atenuante de “adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração, antes de proferida a decisão” (art. 22, §1º, inciso II, da Res. 25/2008) as providências tomadas pela autuada não podem decorrer reação à ação fiscalizatória da ANAC.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 02.03: As providências tomadas somente serão consideradas para fins de concessão da atenuante de “adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração, antes de proferida a decisão” (art. 22, §1º, inciso II, da Res. 25/2008) se os efeitos concretos da medida estiverem demonstrados documentalmente pela instrução dos autos.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 02.04: A demonstração, por prova documental, de que o autuado adotou providências voluntárias é necessária para fins de concessão da atenuante de adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração, antes de proferida a decisão de primeira instância (art. 22, §1º, inciso II, da Res. 25/2008).

Assim, no caso em tela, entendo não ser possível aplicar quaisquer das circunstâncias atenuantes dispostas nos incisos I e II do §1º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 ou nos incisos I e II do §2º do artigo 58 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008.

Verifica-se que a autoridade competente em primeira instância afastou a aplicação da circunstância atenuante prevista no inciso III do §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 (“inexistência de aplicação de penalidades no último ano”) em decisão prolatada às fls. 214/221, indicando a existência do processo com crédito de multa nº 632.309/12-0.

Contudo, identifica-se que o auto de infração se refere a fato ocorrido anteriormente ao último ano contado da data do ato infracional (29/05/2012).

Assim, em consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Crédito (SIGEC), conforme documento SEI nº 1934352, verifica-se que não existe penalidade aplicada em definitivo ao interessado no último ano.

Portanto, verifica-se a possibilidade de aplicação da circunstância atenuante com base no inciso III do §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 e no inciso III do §1º do artigo 58 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008 (“inexistência de aplicação de penalidades no último ano”).

Nesse sentido, cumpre mencionar as Súmulas desta ASJIN quanto ao tema, consignadas em Ata de

Reunião de Colegiado 05/2017 (SEI nº 1120763):

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 03.01: Para efeito de aplicação de circunstância atenuante de dosimetria “inexistência de aplicação de penalidades no último ano” nos processos administrativos sancionadores da ANAC, configura a hipótese prevista no inciso III do § 1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 a evidência de inexistência de aplicação de penalidade em definitivo ao mesmo autuado nos 12 (doze) meses anteriores à data do fato gerador da infração.

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 03.02: A natureza e a localidade da infração cometida nos 12 meses anteriores à data do fato gerador em apreciação não serão consideradas para fins de aplicação da atenuante de “inexistência de aplicação de penalidades no último ano” (art. 22, §1º, inciso III, da Res. 25/2008).

SÚMULA ADMINISTRATIVA ANAC 03.03: Para fins de concessão da atenuante de “inexistência de aplicação de penalidades no último ano” (art. 22, §1º, inciso III, da Res. 25/2008), será considerado o contexto fático e jurídico quando da aplicação da dosimetria em sede de primeira instância.

Assim, diante dos documentos acostados aos autos, entendo ser possível aplicar somente a circunstância atenuante com base no inciso III do §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 e no inciso III do §1º do artigo 58 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008 (“inexistência de aplicação de penalidades no último ano”).

3.2. *Das Circunstâncias Agravantes*

No caso em tela, diante dos documentos acostados aos autos, entendo não ser possível aplicar quaisquer das circunstâncias agravantes dispostas nos incisos do §2º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 ou nos incisos do §2º do artigo 58 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008.

3.3. *Da Sanção a Ser Aplicada em Definitivo*

Assim, nos casos em que há mais atenuantes que agravantes, deve ser aplicado o valor mínimo da tabela em anexo à Resolução ANAC nº 25/2008.

Dessa forma, considerando nos autos as circunstâncias agravantes e atenuantes expostas acima, entendo que cabe a reforma da decisão, devendo a multa ser minorada em seu grau mínimo, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

4. CONCLUSÃO

Pelo exposto, vota-se por conceder PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, REDUZINDO-SE a multa aplicada em primeira instância administrativa para o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

É o voto.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2018.

RENATA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO
Especialista em Regulação de Aviação Civil
SIAPE 1766164



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Albuquerque de Azevedo, Especialista em Regulação de Aviação Civil**, em 28/06/2018, às 18:02, conforme horário oficial de



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1934374** e o código CRC **278FC934**.



CERTIDÃO

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2018.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

482ª SESSÃO DE JULGAMENTO DA ASJIN

Processo (NUP): 00065.141751/2012-72

Interessado: DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP

Crédito de Multa (SIGEC): 651.151/15-1

AINI: 06170/2012

Membros Julgadores ASJIN:

- Cássio Castro Dias da Silva - SIAPE 1467237 - Portarias nº 751, de 07/03/2017 e 1.518, de 14/05/2018 - Presidente da Turma Recursal RJ-ASJIN
- Renata de Albuquerque de Azevedo - SIAPE 1766164 - Portaria ANAC nº 626, de 27/04/2010 – Relatora
- Sérgio Luís Pereira Santos - SIAPE 2438309 - Portaria ANAC nº 1.921, de 21/10/2009

Certifico que a ASJIN da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, ao apreciar o processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

A Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância, por unanimidade, concedeu **PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso, **REDUZINDO** a multa aplicada em primeira instância administrativa para o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nos termos do voto da Relatora.

Os Membros Julgadores votaram com a Relatora.

Encaminhe-se à Secretaria desta ASJIN para as providências de praxe.



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Albuquerque de Azevedo, Especialista em Regulação de Aviação Civil**, em 28/06/2018, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO LUIS PEREIRA SANTOS, Especialista em Regulação de Aviação Civil**, em 29/06/2018, às 07:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Castro Dias da Silva, Técnico(a) em**



Regulação de Aviação Civil, em 29/06/2018, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1934377** e o código CRC **107949C7**.

Referência: Processo nº 00065.141751/2012-72

SEI nº 1934377